

Fórum debate política urbana do DF

JOAQUIM FIRMINO



O encontro promovido pela Terracap e IPDF debateu propostas de atuação do GDF em matéria de urbanismo

A Terracap e o Instituto de Planejamento Urbano e Territorial (IPDF), órgãos vinculados à Secretaria de Obras, na Câmara Legislativa, promoveram ontem um fórum de debates sobre os "Instrumentos de Política Urbana Aplicáveis ao Distrito Federal — o Metrô e suas Repercussões no Ambiente Urbano". O objetivo do encontro foi submeter em discussão uma série de propostas de novas formas de atuação do GDF em matéria de urbanismo que inclui parceria com a iniciativa privada. Participaram do evento representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sindicato da Construção Civil (Sinduscon) e várias outras entidades.

Durante o fórum, o consultor da Terracap, Adilson Dallari, que é professor de Direito Urbanístico da PUC/SP, apresentou um estudo que vem desenvolvendo na empresa desde julho último com 15 propostas para o desenvolvimento urbano da cidade. Entre elas, ele destaca que a mais polêmica é a "Outorga Onerosa do Direito de Construir". Ele, explica que os novos prédios do DF terão que aumentar o número de andares para equilibrar a densidade demográfica e o que se pretende é cobrar por este solo criado. "Quem constrói acima de três andares aumenta o valor da

propriedade. Com isso, este empreendedor vai ter que indenizar o governo com o aumento dos gastos com a instalação de rede pública."

Parceria — O consultor e professor Carlos Ari Sundfeld, da PUC/SP falou sobre as "formas de Parceria entre a Iniciativa Privada e o Poder Público — Implantação do Metrô de Brasília. No entendimento dos consultores, o metrô vai provocar uma transformação bastante grande na cidade e o GDF precisa se preparar para isso. A idéia é consolidar parcerias com a iniciativa privada e a comunidade a fim de direcionar o desenvolvimento, a ocupação territorial e o uso do solo urbano. Segundo Dallari, durante a construção do metrô de Montreal, no Canadá, por exemplo, um bairro inteiro foi reurbanizado pela iniciativa privada, que obteve como compensação, o direito de explorar comercialmente a área.

A presidente do IPDF, Ivelise Longhi, explica que a realização do fórum teve a finalidade de abrir a discussão com a sociedade sobre os estudos realizados pelo governo. "Por meio dele, vamos elaborar um projeto de lei para regulamentação de leis já previstas na Lei Orgânica", ressalta Ivelise.